

Seminário discute tecnologia no café

ACS abre hoje em Santos 24ª edição do evento

ANDERSON FIRMINO

DA REDAÇÃO

O café vai tomar conta de Santos a partir de hoje, com o início do 24º Seminário Internacional do produto, que será realizado pela Associação Comercial de Santos (ACS). A cerimônia de abertura está marcada para as 19 horas, no centro de convenções da Ponta da Praia. São esperados 700 participantes de 25 países.

O evento contará com uma programação que terá a apresentação de estudos e pesquisas sobre o mercado mundial do grão, novidades tecnológicas na produção e colheita, bem como tendências do consumo e os desafios ambientais e sociais da indústria cafeeira.

As atividades começam antes mesmo da abertura,

com visitas ao Porto de Santos e à Vila Belmiro. Amanhã, a primeira apresentação do seminário será a do economista Ricardo Amorim, às 10h, com o tema Economia brasileira e mundial e o agronegócio em 2024.

Às 11h, acontecerá a palestra Apex Brasil Promoção Sustentável das Exportações do Café Brasileiro, com o gerente do Agronegócio da Apex Brasil, Laudemir Muller. Às 11h30, começa o tema Desafios para o Futuro, com a diretora-executiva da Organização Internacional do Café (OIC), Vanúsia Nogueira.

O evento discutirá, às 13h30, o tema Infraestrutura: impactos na movimentação de cargas pelo Porto de



Profissionais participam da edição anterior do Seminário de Café: evento analisa tendências do segmento

CONEXÃO HISTÓRICA COM SANTOS

O presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Mauro Sammarco, avalia que a mudança do Seminário Internacional do Café para Santos se conecta a um momento único de crescimento, com importantes projetos de infraestrutura que tornam a cidade apta para sediar grandes eventos. “Estamos resgatando a conexão histórica entre Santos e o Porto com essa indústria que tanto contribuiu

para o nosso desenvolvimento econômico. Certamente abrirá caminho para a realização de outros grandes eventos”, afirma. Para ele, os principais focos do seminário serão a produção, mercado, sustentabilidade e inovação, com discussões importantes sobre regulamentação e infraestrutura logística. Ele lembra que o setor de café representa uma fatia considerável do número de

associados e dos negócios gerados pela entidade. A ACS realiza há décadas o tradicional curso de classificação e degustação de café, que capacitou mais de mil profissionais brasileiros e estrangeiros. “Ao chegar a sua 24ª edição, o evento destaca a capacidade de se manter líder, alinhado com as demandas sociais e ambientais estabelecidas pelos objetivos de sustentabilidade da ONU”, conclui. (AF)

Santos, com a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori; o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery; o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini; o diretor-presidente da MSC, Elber Alves Justo; o presidente da ACS, Mauro Sammarco; e o gerente administrativo da Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), Ronald Moraes.

Às 15h45, acontecerá o Painel Serasa: A rastreabilidade do café brasileiro, com o diretor de Novos Negócios em Agribusiness da Serasa Experian, Joel Risso.

Às 16 horas, acontece o painel O excedente atual é suficiente para satisfazer as necessidades do mercado?, com o diretor-geral na Ecom Agroindustrial, Teddy Esteve; o diretor-geral de Café da Volcafé, Trishul Mandana; o diretor global da Plataforma de Café da Louis Dreyfus Company, Ben Clarkson, e do presidente da Cooxupé, Carlos Augusto.

O seminário contará ainda com palestras na quinta-feira, último dia do evento, como o painel sobre futuro climático e inteligência artificial na agricultura. Confira a cobertura de A Tribuna a partir de amanhã.

Oito países devem US\$ 3 bi ao Brasil

DE BRASÍLIA

A equipe econômica espera concluir e enviar até março ao Senado acordos de renegociação de US\$ 668,7 milhões - o equivalente a R\$ 3,4 bilhões - em dívidas de outros países com o Brasil. Segundo o Ministério da Fazenda, o valor representa um quinto do total de US\$ 3,1 bilhões, sendo US\$ 2,1 bilhões em atraso, das dívidas soberanas nas quais o Brasil é credor.

A pasta não dá detalhes das condições negociadas, mas adianta que o tratamento a cada país devedor varia de caso a caso, considerando o cenário macroeconômico. Os acordos podem incluir a suspensão temporária ou diferimento de obrigações e/ou a redução do valor presente da dívida.

Os processos mais avançados, nos quais há minutas de acordos bilaterais, são referentes às dívidas de sete países: Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Congo e Senegal. Deste grupo, o Brasil é credor de US\$



Cape Coast, em Gana: país atrasou pagamento de US\$ 11,9 mi ao Brasil

441,6 milhões, sendo que mais da metade (US\$ 251,8 milhões) está com os pagamentos atrasados. A expectativa é que esses acordos sejam encaminhados ao Senado até o fim deste ano.

Em paralelo, existe uma

negociação em curso com Gana, cuja dívida com o Brasil é de US\$ 227,1 milhões, porém com um montante em atraso menor: US\$ 11,9 milhões.

Com Gana, ainda não foi acertada uma minuta da

reestruturação dos valores devidos, de modo que o governo só deve concluir o processo no primeiro trimestre de 2025.

As negociações são feitas com base em parâmetros definidos pelo Clube de Paris, um grupo informal de países credores criado para renegociar as dívidas de nações em dificuldades financeiras.

Nas reuniões que preside neste ano no G20, o grupo das 20 maiores economias do mundo, o Brasil defende um pacto global de renegociação das dívidas dos países mais pobres para permitir que eles possam investir em projetos sociais e de mitigação dos riscos das mudanças climáticas.

Ao todo, 13 países devem ao Brasil. As maiores dívidas, que somam US\$ 2,36 bilhões, dos quais US\$ 1,79 bilhão estão em atraso, são de Cuba e Venezuela. No momento, o Brasil discute uma conciliação dos valores devidos com os dois países. (Estadão Conteúdo)

Petrobras propõe ao Cade manter refinarias

DE BRASÍLIA

A Petrobras apresentou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um conjunto de propostas para manter seu atual parque de refino, o que vai demandar a assinatura de um novo aditivo ao acordo firmado em 2019 com o órgão antitruste.

O acordo original previa a venda de oito refinarias pela estatal. Em novembro do ano passado, porém, a Petrobras recorreu ao Cade para revisar os termos do acordo assinado no Governo Bolsonaro.

Agora, em quase 60 páginas apresentadas na última sexta-feira, a estatal discorre sobre as mudanças no mercado de petróleo desde que o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) foi firmado, em 2019, diz não haver indícios de que as alienações (vendas de ativos) resultaram em ganhos competitivos e sugere várias medidas.

A superintendência-geral do Cade (SGC) já apresentou parecer favorável à

proposta da empresa.

A oficialização das propostas pela Petrobras e o sinal verde já dado pela SGC são vistos como indicadores de que a revisão dos acordos está madura dentro do órgão antitruste.

UNIDADES

Em troca de desistir de vez da venda das refinarias Presidente Vargas (Repar, no Paraná), Alberto Pasqualini (Refap, no Rio Grande do Sul), Abreu e Lima (RNEST, em Pernambuco), Gabriel Passos (Regap, em Minas Gerais) e da Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor, no Ceará), a estatal propõe adotar compromissos majoritariamente comportamentais.

Entre os compromissos sugeridos pela estatal ao Cade está a divulgação de suas diretrizes gerais comerciais para entregas de petróleo por via marítima não discriminatórias e “em estrita observância ao direito da concorrência brasileiro”. (EC)

INVESTIMENTOS

Poupança rend./mês: 0,5365% (dia 21), 0,5629% (22), 0,5608% (23), 0,5630% (24), 0,5624% (25) e 0,5367% (27). Quando Selic supera 8,5%, a poup. nova e antiga têm mesmo rendimento de 6,17% ao ano + TR.

Ibovespa: 127.750,92 (-0,31%)
R\$/var. Alta: Transmissão Paulista 27,55/5,19%, MRV 7,54/3,57%, Marfrig 11,93/3,56%, Braskem 19,81/3,23%. Baixa: IRB 34,87/-6,81%, Eletrobras ON 36,85/-3,53%, TIM 16,78/-2,89%

Taxa CDI: 10,4% ao ano. CDB pré 30 dias: 10,39%. Taxa Selic abril: 0,89%. Fonte: Estadão Conteúdo, Receita

IR NA FONTE

| Renda líquida (R\$) | Alíquota (%) | Parcela a deduzir (R\$) | Deduções: |
|------------------------|--------------|-------------------------|--|
| Até 2.259,20 | - | isento | 1) R\$ 189,59 por dependente |
| De 2.259,21 a 2.826,65 | 7,50 | 169,44 | 2) Pensão alimentícia por acordo judicial ou escritura pública |
| De 2.826,66 a 3.751,05 | 15,00 | 381,44 | 3) Contribuição à Previdência Social |
| De 3.751,06 a 4.664,68 | 22,50 | 662,77 | 4) Desconto simplificado de R\$ 564,80 sobre a base de cálculo |
| Acima de 4.664,68 | 27,50 | 896,00 | Fontes: Diário Oficial da União |

INFLAÇÃO

| Índices (%) | Set/23 | Out/23 | Nov/23 | Dez/23 | Jan/24 | Fev/24 | Mar/24 | Abr/24 | 12 meses |
|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------|
| IPCA/IBGE | 0,26 | 0,24 | 0,28 | 0,56 | 0,42 | 0,83 | 0,16 | 0,38 | 3,69 |
| IGP-DI/FGV | 0,45 | 0,51 | 0,50 | 0,64 | -0,27 | -0,41 | -0,30 | 0,72 | -2,32 |
| INPC/IBGE | 0,11 | 0,12 | 0,10 | 0,55 | 0,57 | 0,81 | 0,19 | 0,37 | 3,23 |
| INCC-DI/FGV | 0,34 | 0,20 | 0,07 | 0,31 | 0,27 | 0,13 | 0,28 | 0,52 | 3,75 |
| IGP-M/FGV | 0,37 | 0,50 | 0,59 | 0,74 | 0,07 | -0,52 | -0,47 | 0,31 | -3,04 |
| IPC/Fipe | 0,29 | 0,30 | 0,43 | 0,38 | 0,46 | 0,46 | 0,26 | 0,33 | 2,77 |

Fonte: Estadão Conteúdo

ALUGUEL

| Índices | Fator de reajuste |
|-------------|-------------------|
| IGP-M (FGV) | 0,9696* |
| IPCA (IBGE) | 1,0369 |
| INPC (IBGE) | 1,0323 |
| IPC (Fipe) | 1,0277 |

(*) O cálculo depende do que está previsto no contrato

MOEDAS

| | Compra R\$ | Venda R\$ |
|--|------------|-----------|
| Dólar comercial (+0,05%) | 5,1042 | 5,1047 |
| Dólar turismo (+0,23%) | 5,2400 | 5,3260 |
| Euro/BC (-0,05%) | 5,5430 | 5,5440 |
| Bitcoin: R\$ 355,437 (+4,32%) às 19:26 | | |

Fontes: Estadão Conteúdo e Investing

INDICADORES

INSS

| Contribuições (segurados empregado, doméstico e avulso) * | | | | |
|---|----------------|-----------|----------|-------------------|
| Faixa | De (R\$) | Até (R\$) | Alíquota | Parcela a deduzir |
| 1 | Salário mínimo | 1.412,00 | 7,5% | - |
| 2 | 1.412,01 | 2.666,68 | 9% | 21,18 |
| 3 | 2.666,69 | 4.000,03 | 12% | 101,18 |
| 4 | 4.000,04 | 7.786,02 | 14% | 181,18 |

(*) Para pagamento de remuneração a partir de 1º de janeiro de 2024.

Contribuições de autônomo, facultativo e empregador

| Salário de contribuição (R\$) | Alíquota INSS | Valor da contribuição (R\$) |
|-------------------------------|---------------|-----------------------------|
| 1.412,00 | 5% | 70,60 |
| 1.412,00 | 11% | 155,32 |
| De 1.412,00 a 7.786,02 | 20% | De 282,40 a 1.557,20 |

Individual paga 11% e 20% e facultativo, 5%, 11% e 20%.

O percentual de multa a ser aplicado fica limitado a 20%, mais taxa Selic.